

STF rebate versão sobre ofícios vazados nos EUA

O Supremo afirmou que documentos divulgados pela ala republicana do Congresso americano tem apenas comunicados às redes sociais, e não as decisões que determinaram a retirada de perfis e conteúdos, que seguiram fundamentação

DANIEL GULLINO
com a participação especial de
Mônica

Após deputados dos Estados Unidos divulgarem dados sigilosos de deliberações do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), a Corte afirmou que o material traz apenas ofícios enviados a redes sociais, e não as decisões que determinaram a retirada dos conteúdos. O Supremo também disse que todas as suas decisões "são fundamentadas, como prevê a Constituição", além de ressaltar que as partes têm acesso a essa fundamentação.

O material divulgado traz, em sua maioria, comunicações enviadas às redes pelo próprio Moraes ou por um juiz auxiliar de seu gabinete, informando o conteúdo de uma decisão anterior. "Comunico-lhe que foi proferida decisão nos autos sigilosos em epígrafe, para imediato cumprimento, nos seguintes termos", é o texto geralmente utilizado. Algumas decisões originais também foram incluídas nos documentos, mas são a minoria. O conjunto de documentos foi divulgado pelo comitê judiciário da Câmara americana. O colegiado é presidido pelo deputado Jim Jordan, parlamentar próximo de Donald Trump e que apoiou tentativas de questionar a



Despachos. O material divulgado tem, em sua maioria, comunicações enviadas às redes por Alexandre de Moraes ou por um juiz auxiliar de seu gabinete

vitória de Joe Biden à Presidência, em 2020. Questionado sobre a liberação, o presidente do STF, Luís Roberto Barroso, limitou-se a dizer que seria uma questão de "política interna" americana: — Neste momento, é um problema de política interna dos Estados Unidos — afirmou, na inauguração de uma exposição no Supremo.

RELATÓRIO

Decisões de Moraes para a retirada de perfis estão no centro de um embate com o dono do X (antigo Twitter), Elon Musk, que

criticou as determinações e ameaçou descumprir-las. Musk passou a ser alvo de dois inquéritos no STF pelo episódio.

O relatório divulgado na quarta-feira pela ala republicana do Congresso dos Estados Unidos aponta uma suposta "campanha de censura" no Brasil. O documento, intitulado "O ataque à liberdade de expressão no exterior e o silêncio da administração Biden: o caso do Brasil", divulgou decisões sigilosas de Moraes, apontando a suspensão e pedidos de remoção de perfis nas redes sociais. As decisões fo-

150

Contas do X retiradas do ar por ordem de Moraes. O dado consta no relatório divulgado pelo comitê judiciário da Câmara americana

ram obtidas por meio de intimação dos deputados federais da rede X.

O relatório dos republicanos afirma que o "governobrasileiro" tentou forçar a plataforma de Musk e outras empresas de rede social a censurar mais de 300 contas. Entre os perfis, segundo o documento, esta-

riam as do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e do senador Marcos do Val (Podemos-ES). De acordo com o documento, 150 contas no X foram retiradas do ar. Em meio ao embate entre Moraes e Musk, na semana passada, o X publicou nota afirmando que foi "forçado por decisões judiciais a bloquear determinadas contas populares no Brasil", e que as determinações de Moraes desrespeitam o Marco Civil da Internet e a Constituição Federal.

Ainda segundo o documento da ala trumpista americana, a "censura" mirava críticos do governo

brasileiro, como deputados conservadores, além de jornalistas e "até mesmo um cantor gospel" e uma rádio. "Frequentemente, essas ordens dão às empresas de mídia social apenas duas horas para cumprir as exigências da censura ou então enfrentam multas de até 100 mil reais", diz o texto.

O relatório da república afirma que Musk "tem enfrentado críticas e ataques de governos de todo o mundo". "Agora, mais do que nunca, o Congresso deve agir para cumprir o seu dever de proteger a liberdade de expressão", conclui o resumo do relatório.

CONTAS SUSPENSAS

Em um dos despachos, por exemplo, o ministro determina a suspensão de uma conta que estava sendo confundida com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no contexto dos ataques golpistas de 8 de janeiro de 2023. A decisão atendeu a um pedido do Conselho Federal da OAB.

Após o embate entre Moraes e Musk há duas semanas, o presidente do STF Luís Roberto Barroso, afirmou que "decisões judiciais podem ser objeto de recursos, mas jamais de descumprimento deliberado". "Esta é uma regra mundial do Estado de Direito e que faremos prevalecer no Brasil", disse o ministro em nota oficial.

Ex-deputado Wladimir Costa é preso por crimes eleitorais

Ele é acusado de violência política de gênero contra uma parlamentar

A Polícia Federal prendeu na manhã de ontem, no Aeroporto Internacional de Belém, o ex-deputado federal Wladimir Costa, acusado de crimes eleitorais. Ele foi abordado ao desembarcar na capital paraense e encaminhado ao sistema prisional do estado. A prisão preventiva foi deferida em razão da prática reiterada dos crimes eleitorais de violência política praticados por meio das redes sociais contra a deputada federal Renilce Nicodemus (MDB-PA), conforme

divulgado pelo g1.

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PA) também ordenou a exclusão das postagens em redes sociais que motivaram o mandado de prisão.

Horas após a prisão, a deputada divulgou uma nota destacando ter sido vítima de "toda sorte de crimes" de Costa contra ela. Renilce alegou ter sofrido violência política de gênero, extorsão, injúria, difamação, perseguição e violência psicológica contra a mulher. Ainda segundo a parlamentar, ela

vem sendo vítima de Costa "há seis meses", sem dar maiores detalhes.

TATUAGEM PARA TEMER

Costa ficou conhecido por fazer uma tatuagem falsa em homenagem ao então presidente Michel Temer no ombro. Acima do nome do titular do Palácio do Planalto, aparecia uma bandeira do Brasil. O deputado foi dos maiores apoiadores do ex-presidente na votação que suspendeu a denúncia por corrupção passiva apresentada pela Procuradoria-Geral da República



Abordagem. Wlad, como é conhecido, foi preso no aeroporto de Belém

contra o emedebista.

Costa também se destacou na sessão de votação do impeachment da presidente Dilma Rousseff na Câmara, quando estourou um rojão de confetes durante seu discurso alegando que o governo do PT dava "um tiro de morte" no

coração do povo brasileiro. Em seu perfil no X (antigo Twitter), "Wlad", como é conhecido no meio político, se apresenta como empresário, cantor, compositor, radialista, apresentador de TV e ainda deputado federal. Ele teve quatro mandatos, sendo o último de 2015 a

2019. Em 2018, foi escolhido como líder da bancada do Solidariedade na Câmara.

Em dezembro de 2017, Costa foi condenado por unanimidade pelo TRE-PA por abuso de poder econômico e gastos ilícitos na campanha de 2014. A decisão determinou cassação de seu mandato, além de torná-lo inelegível por oito anos.

O ex-deputado também chegou a ser denunciado pelo Ministério Público Federal por peculato por suposto desvio de salários de funcionários de seu gabinete na Câmara. De acordo com o MPF, em 2005, três servidores repassavam ao deputado parte dos salários que recebiam. O processo, que era investigado desde 2009, foi encerrado em 2018 após o Supremo Tribunal Federal absolver por unanimidade o ex-parlamentar por falta de provas.

SABE AQUELE SITE QUE VOCÊ ENTRA FALANDO UAU! E SAI FALANDO @#%*!!?

Oferta velha não resolve nada.

Imóveis, veículos, empregos e muito mais no Classificados do Rio. Só ofertas atuais com fotos e navegação inteligente.



Anuncie agora via WhatsApp ou Telegram

21 2534-4333

